



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 11, Issue, 04, pp. 46338-46342, April, 2021

<https://doi.org/10.37118/ijdr.21558.04.2021>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

POLÍTICA DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA: AVANÇOS E DESAFIOS NO BRASIL DO SÉC. XXI

^{1,*}Kátia Paulino dos Santos, ²Hermínia Gonçalves and ³Teresa Sequeira

¹Professora Adjunta e Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Amapá, Brasil

²Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real, Portugal

³Professora Auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Investigadora efectiva do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento (CETRAD). Vila Real, Portugal

ARTICLE INFO

Article History:

Received 04th January, 2021

Received in revised form

11th February, 2021

Accepted 26th March, 2021

Published online 28th April, 2021

Key Words:

Economia solirária, política pública,
Secretaria Nacional de Economia Solidária
do Brasil.

*Corresponding author:

Kátia Paulino dos Santos

ABSTRACT

A economia solidária vem se destacando nas últimas décadas como uma importante alternativa à economia capitalista. Este segmento traz à linha da frente valores que vão ao encontro ao espírito de competição e individualidade tão presentes na lógica capitalista, como a fraternidade e a solidariedade. Este estudo tem por objetivo analisar os avanços e desafios da política de fomento à economia solidária desenvolvidas no Brasil, especialmente no período compreendido entre 2003 a 2010.

Copyright © 2021, Kátia Paulino dos Santos et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Kátia Paulino dos Santos, Hermínia Gonçalves and Teresa Sequeira. "Política de Fomento à Economia Solidária: avanços e desafios no Brasil do Séc. XXI", *International Journal of Development Research*, 11, (04), 46338-46342.

INTRODUCTION

Este artigo tem por finalidade analisar as políticas de fomento à economia solidária no Brasil, seus principais avanços e desafios no período de 2003 a 2010. Realizou-se pesquisa qualitativa, com pesquisa bibliográfica e documental, onde se deu ênfase nos registros da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), implantada em 2003, no início da gestão do Presidente Lula. Com a criação da SENAES, foi possível implantar um conjunto de ações que visavam o fomento e fortalecimento das iniciativas de economia solidária, enquanto formas de organização do trabalho associado. Este artigo foi estruturado em três partes, na primeira tratou-se da gestão da política de economia solidária no Brasil, revelando um pouco de sua história e evolução no período delimitado; na segunda trata-se dos avanços e desafios da política, tendo como base a análise dos relatórios da SENAES; por fim apresenta-se as considerações finais do estudo. Pode-se constatar que embora muitos sejam os desafios da política de fomento à economia solidária, o Brasil avançou de forma significativa e eficaz no período analisado, o que se verifica na forma de

estruturação da SENAES e ainda dos mecanismos de controle à economia solidária criados em âmbito nacional.

GESTÃO DA POLÍTICA DE FOMENTO À ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: De acordo com Pochmann (2004), o avanço inicial da economia solidária no Brasil deve-se à junção de dois movimentos específicos. De um lado, o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra com algumas novidades em relação ao verificado durante o ciclo da industrialização nacional. Ao contrário do passado, observa-se o ineditismo do rápido avanço na proletarianização da antiga classe operária industrial e no desaburguesamento da classe média. Inequivocamente, trata-se de um excedente de força de trabalho qualificado, não imigrante rural e aculturado pela disciplina do trabalho sistêmico. De outro lado, o movimento composto por um importante conjunto de militantes sociais críticos e engajado na construção de alternativas de organização social e laboral no Brasil. São pessoas representantes de múltiplas ideologias, na maior parte antineoliberais, interessados em constituir alianças com segmentos excluídos da população capazes de oferecer novos caminhos em termos de geração de trabalho, renda e

mudança no modo de vida. Singer (2006) ressalta que em 2002 Luiz Inácio Lula da Silva foi o único dos candidatos à Presidência da República brasileira que colocou a economia solidária com destaque em seu programa de governo. Foi, portanto, lógica sua decisão de atender à reivindicação do movimento de criar no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a SENAES. Também por sugestão do movimento, Paul Singer foi escolhido pelo Presidente da República para chefiar a nova secretaria. Na ocasião da posse, teve lugar, em Brasília, a III Plenária Nacional de Economia Solidária, com a presença de mais de 800 delegados da maioria dos Estados, e que fundou na ocasião o Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, que se tornou desde então o principal parceiro da SENAES.

A origem: Singer (2012) contextualiza o cenário de surgimento da SENAES, enfatizando que a discussão sobre a Economia Solidária no Partido dos Trabalhadores (PT) começou aproximadamente em 1999 para os anos 2000. Naquela ocasião, houve um congresso nacional do PT em Belo Horizonte e foi nesse congresso que surgiu de forma clara o problema do significado do socialismo nos tempos pós-muro de Berlim, ou seja, nos tempos pós-1989, quando os regimes do chamado socialismo real praticamente foram derrubados. Esses regimes foram todos derrubados e substituídos por regimes democráticos e o sistema econômico voltou a ser ou passou a ser o capitalista. Firmou-se então o compromisso de desenvolver uma política de fomento à Economia Solidária. Em junho de 2003, o Congresso Nacional Brasileiro aprovou projeto de lei do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criando no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. A desindustrialização, suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho - tudo isso vem afetando grande número de países. (Singer, 2004).

A SENAES até 2018 foi vinculada ao MTE. O Relatório de Avaliação da Política Pública de Economia Solidária, elaborado pela SENAES (2012), enfatiza que juntamente com a criação da SENAES em 2003, foi criado o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). No mesmo dia de criação se realizava em Brasília, a “3ª Plenária de Economia Solidária”, na qual se fundou então o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). De acordo com relatório da SENAES (2012), o público-alvo das políticas públicas em economia solidária são os cidadãos que estejam organizados ou queiram se organizar nas formas da Economia Popular Solidária. A prioridade de acesso volta-se aos cidadãos que vivem em situação de maior vulnerabilidade social, particularmente aqueles beneficiados por programas de transferência de renda e de geração de trabalho e renda. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer a diversidade de sujeitos deste setor e adequar a cada um as formas de acesso e trânsito dentro da política.

A SENAES faz parte da história de mobilização e articulação política de diversos sujeitos e organizações que fomentam e participam de iniciativas de ES enquanto estratégia de enfrentamento à exclusão e à precarização do trabalho, a partir das formas coletivas de geração de trabalho e renda, e articulada aos processos democráticos e sustentáveis de desenvolvimento. A organização política da economia solidária expressa uma parte desse movimento de redemocratização política, quando os movimentos sociais ampliaram suas capacidades organizativas, reivindicatórias e propositivas, na constituição de fóruns e redes, que ganharam impulso no final da década de 90 e se consolidaram na primeira década do século XXI, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a conquista de um espaço institucional de coordenação de políticas públicas de economia solidária no Brasil. (SENAES, 2012). De acordo com Schiochet (2012), a superação da pobreza extrema no Brasil não é apenas um desafio político lançado pela presidenta Dilma, ao criar o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), mas uma oportunidade para a ampliação e o fortalecimento de estratégias emancipatórias de redução de

desigualdades socioeconômicas e regionais. Ressaltam que se trata de um fenômeno estrutural que faz parte da triste estatística mundial de cerca de 1 bilhão de pessoas que vivem com suas famílias abaixo da linha de pobreza, caracterizada por uma renda inferior a US\$ 2 por dia. A grande maioria encontra-se nos países em desenvolvimento.

A dinâmica de funcionamento: A dinâmica de funcionamento da política de Economia Solidária no Brasil, conforme a ênfase dada por Singer (2012), que foi gestor titular da SENAES desde sua implantação, em 2003, é bem mais complexa do que pode parecer à primeira vista. A responsabilidade pela condução das políticas é da Secretaria Nacional, mas elas são feitas tomando as condições que o governo oferece, os recursos financeiros do orçamento dependem do governo federal. Em 2004 a Secretaria implementou o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento e a institucionalização dos procedimentos de execução de suas políticas e dos recursos orçamentários.

Avanços da gestão: Pereira (2008) enfatiza que o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento tem como objetivo promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário. Assim, está relacionado com os objetivos da política setorial do Ministério do Trabalho e Emprego, ou seja, “crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades sociais”, ao desenvolver políticas de fomento e estímulo às atividades econômicas orientadas e organizadas pela autogestão. Valmor Schiochet (2011) ressalta que a SENAES avançou em uma pauta importante, que foi a realização de uma campanha da Economia Solidária construída no diálogo com o fórum brasileiro, bem como o lançamento do programa de feiras. A pauta da comercialização como parte da agenda da Secretaria interagiu com a histórica experiência da Feira de Santa Maria (RS), de forma a ocorrer um diálogo novo e um fortalecimento de ações de desenvolvendo na política. Com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 2005, houve o início de ações mais sistemáticas com o Convênio da SENAES com o BNB para promover as Finanças Solidárias. Outro avanço foi o diálogo com o microcrédito produtivo orientado, política anunciada pelo governo Lula para financiamento de empreendedores de baixa renda. O debate de como o microcrédito poderia interagir com a Economia Solidária foi necessário para a conscientização dos limites desse tipo de política para as demandas do movimento. Valmor Schiochet (2012) ressalta que no período de 2003 a 2010 foram apoiados 435 projetos em parceria com a Fundação Banco do Brasil. Outra grande parceira da Economia Solidária é a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Ela tem sido parceira no programa de incubadoras, da tecnologia social e no mapeamento da Economia Solidária. A ação direta da SENAES ocorre por meio de convênios. No quadro a seguir apresenta-se a distribuição da participação em termos de recursos dessas parcerias. Grande parte dos projetos aprovados é da Fundação Banco do Brasil, embora a SENAES apresente um percentual de investimento aproximado de 63% dos recursos.

Schiochet (2012) apresenta uma linha evolutiva com os principais avanços conquistados pela SENAES no período de 2003 a 2010. Enfatiza que em 2006 a política avançou na agenda da institucionalidade da participação social. O diálogo, até 2006, era um diálogo ‘face a face’ com o Fórum Brasileiro por meio, por exemplo, dos vários grupos de trabalho. A institucionalização colocou novas bases para uma relação mais formal com a sociedade civil. Além disso avançou nas ações de formação por meio da qualificação social e profissional em Economia Solidária. Ocorreu a primeira Feira Nacional de Economia Solidária, num esforço mais amplo de dar um caráter nacional para o processo de comercialização, e o lançamento do Atlas da Economia Solidária, que foi, do ponto de vista simbólico, o primeiro momento de visibilidade da Economia Solidária no Brasil. Foram alcançados ainda avanços do ponto de vista do debate da territorialidade com o programa do desenvolvimento local e de Economia Solidária, no sentido de avançar naquela agenda já

colocada pelo etnodesenvolvimento. Schiochet (2012) destaca ainda que entre 2007 a 2009 a política de fomento destaca-se principalmente por três marcos simbólicos: (i) pelo debate sobre territorialidade com o Projeto Brasil Local e na relação da Economia Solidária com os catadores de material reciclável. Grande parte dos recursos alocados à SENAES tem sido para apoio às associações e cooperativas de catadores, dentro do Programa de Resíduos Sólidos. A relação com esse segmento da sociedade foi importante, seja do ponto de vista quantitativo, como na aproximação com um movimento social histórico e bem organizado; (ii) pelo estreitamento do diálogo entre o segmento da economia solidária com a segurança pública e o Programa de Segurança Cidadã do Ministério da Justiça, o que inseriu um tema novo do ponto de vista da política, mas que no Rio de Janeiro, tornou-se um exemplo importante do que isso representa em termos de avanço no diálogo com setores da sociedade que não tinham a Economia Solidária como uma perspectiva de enfrentamento da crise social vivida por essas populações. Nesse ano ocorreu um avanço na questão da formação, com o lançamento dos Centros de Formação em Economia Solidária.

Em 2010 a política foi marcada pela a realização da segunda conferência de economia solidária, que teve por tema “Pelo direito de produzir, viver em cooperação de maneira sustentável”. Mais do que um discurso sobre o modelo de desenvolvimento, debateu-se a questão do direito ao acesso a políticas públicas e o fortalecimento da própria política de Economia Solidária. Em plena conjuntura de crise, onde o seguimento se sentiu diminuído e frágil diante das exigências colocadas pela crise da sociedade, se desafiou a avançar muito mais no reconhecimento do Estado da sociedade. A partir de 2010, prosseguiu avançando na constituição da política e incorporando um tema muito caro para a Economia Solidária que diz respeito ao crédito, com a compreensão de que o crédito também é uma forma de organização da Economia Solidária. E, portanto, a temática das finanças solidárias por meio dos bancos comunitários, dos fundos solidários, das cooperativas de crédito foi se consolidando. De acordo com o relatório da SENAES, a economia solidária, enquanto fenômeno social e político recente, era pouco conhecida e reconhecida na sociedade brasileira. Disto resultou o primeiro grande desafio que foi o de realizar um mapeamento nacional da economia solidária e de suas formas de organização. O conhecimento da realidade era fundamental para o seu reconhecimento enquanto prática social inovadora e de seu potencial transformador. Utilizando uma metodologia que procurou conciliar a mobilização participante e as exigências de objetividade foi realizado um mutirão nacional para identificar a economia solidária em todo o território nacional. Além do mapeamento a organização de um sistema de informações que pudesse contribuir para o fortalecimento da própria ES e melhor orientação para as políticas públicas.

Gaiger (2007) ressalta que um amplo levantamento sobre a economia solidária se realizou no Brasil em 2006-2007, ficando conhecido como primeiro Mapeamento Nacional de Economia Solidária, o qual fora idealizado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária e pelo Governo Federal, com o apoio de universidades, instituições de pesquisa e ONGs. Em 2006, o término da etapa principal de coleta de informações resultou em uma base de dados sobre 15 mil Empreendimentos de Economia Solidária (EES), envolvendo uma população estimada de 1,2 milhão de participantes, em todos os Estados do país e em 41% dos municípios. Em fins de 2007, uma pesquisa de campo complementar propiciou a inserção de mais sete mil empreendimentos na base de dados. Enfatiza ainda que os dados do Mapeamento contêm indicadores importantes quanto ao modo e ao grau como os empreendimentos de economia solidária respondem a esses desafios. As limitações de espaço obrigam a restringir a análise a um plano geral e abstrato, quase sem fazer referências a exemplos concretos e sem trazer diretamente à discussão a notória diversidade da economia solidária, quanto aos setores econômicos, às categorias sociais envolvidas, às atividades coletivas e às formas de organização. Essa diversidade, indiscutivelmente relevante do ponto de vista sociológico, seria de consideração indispensável em análises subsequentes, sugeridas adiante através da proposição de tipologias interpretativas.

DESAFIOS DA POLÍTICA DE FOMENTO: De acordo com o Relatório da SENAES, publicado em 2012, chegou-se em 2011 com um grande desafio de debater sobre o lugar institucional da política, de como esta se consolidou e avançou como política pública – que foi o debate sobre o projeto de lei de criação da Secretaria das Micro e Pequenas Empresas. O segundo tema que desafia a SENAES é a questão do Brasil Sem Miséria, e a forma como a Economia Solidária dialoga com essa prioridade social e governamental. O terceiro tema que é como serão institucionalizados os mecanismos próprios de gestão do poder executivo. Nesse caso, a Economia Solidária – como estratégia de desenvolvimento – se incorporou ao Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária. Tudo isso vai dando o desenho do caráter processual da política e da temporalidade de como as coisas foram acontecendo. (SENAES, 2012). A avaliação da política de economia solidária certamente é outro importante desafio para o avanço necessário às etapas desta política pública. A avaliação de projeto social é considerada, na perspectiva de Aguiar & Ander-Edd (1994), é uma forma de pesquisa social aplicada, sistemática, planejada e dirigida; destinada a identificar obter e proporcionar de maneira válida, e confiável dados e informações suficientes e relevantes para apoiar um juízo sobre o mérito e o valor dos diferentes componentes de um programa (tanto na fase de diagnóstico, programação ou de execução), ou ainda de um conjunto de atividades específicas que se realizam, foi realizada ou se realizarão, com o propósito de produzir efeitos e resultados concretos; comprovando a extensão e o grau em que se deram essas conquistas, de forma tal que é inteligente o seu uso entre cursos de ação, ou para solucionar problemas e promover o conhecimento.

Singer (2006) enfatiza que quando a SENAES surgiu no governo federal, poucos servidores públicos tinham uma noção razoável do que seria a economia solidária. A maioria já tinha ouvido a respeito, mas de forma vaga. A Secretaria organizou cursos sistemáticos para servidores públicos não só da União, mas também de Estados e municípios, que igualmente desenvolvem políticas de economia solidária. Os cursos combinam o ensino mediante exposições de dirigentes e militantes da economia solidária com pesquisas de campo, que os alunos realizam, em geral, no âmbito do seu próprio trabalho. Os resultados ultrapassam as expectativas, tanto no que se refere à ampliação do conhecimento dos alunos, como à adesão consciente e convicta dos mesmos à economia solidária. A SENAES (2007) destaca que a experiência histórica dos movimentos sociais demonstra a necessidade de construção de espaços/estruturas específicos para implementar as políticas de formação, seja sob a forma de centros nacionais, institutos ou de escolas nacionais de formação. No caso da Economia Solidária esta experiência viabilizou a implantação da PPNFES. Este foi um tema recorrente no debate sobre a formação que esteve presente na I Conferência Nacional e nas Oficinas Regionais. Praticamente desde o seu início a SENAES começou a oferecer cursos de economia solidária a servidores do governo federal, não apenas em Brasília, mas também nos órgãos situados nos estados da federação. Abertas as inscrições, o número de interessados quase sempre sobrepassa o número de vagas previsto, o que leva normalmente à formação de novas turmas. Foram dados cursos a funcionários de praticamente todos os ministérios fim, com destaque para os do próprio MTE, inclusive os lotados nas Delegacias Regionais do Trabalho nos estados (alteradas para Superintendências Regionais), dos Centros de Assistência Psicossocial do Ministério da Saúde (MS), dos Educadores Populares em atividade no Fome Zero e no Luz para Todos. (Singer, 2009). Outro importante desafio imposto ao desenvolvimento da economia solidária no Brasil foi a expectativa pela aprovação da Lei da Economia Solidária, que é responsável pela geração de muitas expectativas. Encontra-se em tramitação uma proposta de lei brasileira para fomento à Economia Solidária, Proposta de Lei nº 4685/2012, a fim de se criar a primeira legislação brasileira de reconhecimento do direito ao trabalho associado e apoio às iniciativas da economia solidária. O grande responsável pela mobilização da campanha para a aprovação da Lei é o Fórum Nacional de Economia Solidária. A Política Nacional de Economia Solidária prevê o reconhecimento legal do que é a economia solidária e o que são os empreendimentos a ela vinculados, além de apresentar os

fundamentos, objetivos e diretrizes sobre como devem ser as ações do Governo para com o segmento. A proposta de lei prevê ainda deliberações sobre o Sistema Nacional de Economia Solidária, que define como os municípios e estados devem se organizar para fortalecer e apoiar a economia solidária, através de conselhos e secretarias. O sistema apresenta as principais necessidades da economia solidária como acesso ao crédito, à conhecimento e tecnologia, bem como acesso à divulgação e comunicação junto à sociedade. A proposta prevê também a criação do Fundo Nacional de Economia Solidária, que terá o objetivo de centralizar e gerenciar os recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do Sistema Nacional de Economia Solidária, destinados a implementar a política nacional. De acordo com Armando de Souza (2012) o grande desafio da economia solidária é se tornar uma política ampla, capaz de envolver vários segmentos político-partidários, mas principalmente ter capilaridade na sociedade brasileira, ou seja, ser reconhecida enquanto ação capaz de estabelecer novos princípios de sociedade e novas formas de produção e consumo. Conclusivamente, isso seria a indicação para se compreender o significado da oportunidade histórica de construir um movimento social amplo e democrático. Apesar dos obstáculos, o movimento social da economia solidária e as ações governamentais, por meio da SENAES, têm demonstrado a capacidade de mobilização nacional na orientação das ações públicas de economia solidária no Brasil. Contudo, esse esforço não tem sido suficiente para dar ampla visibilidade econômica e social aos empreendimentos solidários. Portanto, o grande desafio da estrutura institucional é criar um eixo de coordenação para esse conjunto de experiências de ação pública de economia solidária.

CONCLUSÃO

A literatura sobre a economia solidária permite destacar consensos em torno de algumas dimensões do conceito: a) a concretização de relações de trabalho cooperativas, democráticas e criativas, de associativismo, baseadas na autogestão; b) a visão de responsabilidade social com o desenvolvimento das comunidades a partir do território local, comporrometendo os poderes públicos e a sociedade civil; c) a oferta de serviços ou respostas necessidades concretas e específicas das pessoas e das comunidades; d) a centralidade nos resultados em termos da garantia do acesso a cidadanias em detrimento da centralidade no lucro. Este modelo alternativo respeita e considera a centralidade do ser humano, valoriza a cidadania e ras diversidades culturais nas suas propostas de atividades econômicas, convergindo para o pressuposto de alcançar a sustentabilidade econômica, ambiental e social. A organização social nacional da proposta de economia solidária é diretamente influenciada pelas condições políticas democráticas e de interação com o Estado, pela visão de institucionalizar direitos e conquistas, e de implementar políticas públicas universalizadas e perenes. No Brasil, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), desde 2003 alavancou uma série de debates sobre o papel e a estrutura da economia solidária no País.

É possível registrar um avanço positivo na trajetória percorrida pela SENAES, desde sua criação em 2003, em termos do investimento efetivo, e de crescimento da economia solidária nacionalmente. O avanço da construção da política de fomento à economia solidária e a operacionalização do potencial da economia solidária para assegurar uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas, seguem a tendência que se tem afirmando necessária mundialmente. Numa primeira fase a SENAES investiu consideráveis recursos para a realização de Cursos de Formação em Economia Solidária, nos quais se objetivava esclarecer a temática para empreendedores identificados como solidários, para representantes governamentais (prefeituras e estados) e para a sociedade civil organizada. Passada essa etapa de “esclarecimento”, a SENAES incentivou a economia solidária, através do mapeamento de empreendimentos identificados como econômico-solidários, a fim de se mensurar a quantidade desses empreendimentos, de perspectivar a dimensão instalada e dimensão necessária dessa “economia alternativa” no Brasil. Pode-se constatar o fortalecimento de setores

da economia solidária, assente fundamentalmente, numa estratégia de organização e articulação de redes de cadeias de produção e comercialização. Por meio de apoio às redes, às empresas recuperadas e aos setores novos, como por exemplo a saúde mental, fomos levados a um tema importante sobre a questão do cooperativismo social no Brasil, podendo incorporar, por exemplo, apenados do sistema penitenciário e ex- apenados como públicos da política de economia solidária. A política de economia solidária no Brasil, de 2003 aos dias atuais, avançou significativamente em termos quantitativos, o que pode ser avaliado pelos indicadores do mapeamento e ainda pelo montante de ações realizadas, mas também em termos qualitativos, dada a orientação política de priorizar a pauta da economia solidária, afirmando-a como política de Estado, e institucionalizando-a. Certamente, muitas lacunas devem ainda ser sanadas e muitos obstáculos superados, realidade compreensível dada a conjuntura política e econômica, bem como a trajetória histórica da sociedade brasileira. Dentre as fragilidades, algumas destacam-se e merecem atenção especial. A necessidade de disseminação da compreensão do significado e do diferencial da economia solidária em detrimento da economia capitalista tradicional é imperativo, pois do contrário torna-se inviabilizada a possibilidade de afirmação desta pauta como política pública. No caso brasileiro, a trajetória da política pública é marcada pela desigualdade e desequilíbrio político-espacial, uma vez que as regiões Norte e Nordeste destacam-se por desvantagem em quantitativo de incentivos e recursos governamentais, se comparadas com as outras regiões brasileiras, em especial as do eixo Sul e Sudeste. Sendo que tal realidade influencia significativamente na composição dos indicadores regionais brasileiros, restando as regiões Norte e Nordeste a ocupação de posições desvantajosas com relação aos indicadores de desenvolvimento de uma forma geral.

Agradecimento

Agradecemos o suporte ao estudo proporcionados pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP-BRASIL) e pela Universidade Trás-os-Montes de Alto Douro (UTAD-Portugal).

REFERÊNCIAS

- Gaiger, L. I. 2007. A outra racionalidade da economia solidária: Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Ed 79. Dez. de 2007.
- Pereira, M. C. C.. 2008. Economia Solidária: Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina. Identidades, valores e governança das cooperativas. *V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo*. Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: 06-08 agosto.
- Pochmann, M. 2004. *Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites*. Nota Técnica da Revista Mercado de Trabalho: IPEA.
- Schiochet, V. A experiência da Secretaria Nacional de Economia Solidária: um breve relato. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (orgs.). 2012. *A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas*. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ.
- Schiochet, V. Políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. In: BENINI, Édi A.; et al. (Org.s). 2011. *Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. Volume 1. São Paulo: Outras Expressões.
- Secretaria Nacional De Economia Solidária (Senaes). 2007. *Sistema de Avaliação dos Processos do Primeiro Mapeamento da Economia Solidária no Brasil – Relatório Nacional*. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: SENAES/MTE, 2007.
- Secretaria Nacional DE Economia Solidária (Senaes). 2012. *Por uma Política Pública Nacional de Formação em Economia Solidária - PPNFES*. Brasília: SENAES/MTE, 2012.
- Singer, P. 2004. *Economia solidária no Brasil: Possibilidades e limites*. São Paulo: IPEA – *Revista Mercado de Trabalho*, 2004.
- Singer, P. 2009. *Políticas Públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério de Trabalho e Emprego*. Revista IPEA: Mercado de Trabalho, maio de 2009.

Singer, P. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional de Economia Solidária. *In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid (orgs.). 2012. A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ.*

Singer, P. Senaes: Uma experiência brasileira de política de economia solidária. *In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). 2006. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Ed. da UFRGS. p. 201-206.*

Souza, A. L. 2012. Política pública de economia solidária e desenvolvimento territorial. *Mercado de Trabalho*. nº 52. Agosto de 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3882/1/bmt52_econ04_politicapublica.pdf. Acesso em 26/03/2021.
